

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão do 42º Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público.

_____ inscrito(a) provisoriamente no 42º Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público sob o n. _____ já qualificado(a) naquele procedimento, tendo sido aprovado(a) no processo seletivo preambular discursivo, vem requerer sua inscrição definitiva no referido concurso, juntando, para tanto, a documentação complementar exigida no Edital de Concurso n. 001/2020/PGJ.

Florianópolis,

Assinatura do(a) candidato(a) ou do(a) procurador(a)

1. Documentação complementar

1.1 duas fotografias 3x4, recentes.

1.2 título de bacharel em Direito, por intermédio de fotocópia do diploma de conclusão do curso ou comprovante de colação de grau, em curso devidamente reconhecido, emitido pela instituição de ensino.

1.3 demonstração de que, no ato de inscrição definitiva, possui, no mínimo, 3 (três) anos de atividade jurídica, a partir da conclusão do curso de bacharelado em Direito (indicar documentos e prazos).

1.4 atestado de idoneidade moral, subscrito por 2 (dois) ou mais membros ativos do Ministério Público ou da Magistratura da união ou dos estados, observados os impedimentos de letra “c”, do item 7.4 do Edital de Concurso n. 001/2020/PGJ.

Nome:

Cargo/UF:

Nome:

Cargo/UF:

1.5 atestados de saúde física e mental, subscritos por 1 (um) profissional médico de cada especialidade, clínico geral e psiquiatra.

Nome:

CRM/UF:

NOME:

CRM/UF:

1.6 certidões de antecedentes criminais da Justiça Comum, Federal e Estadual, expedidas por órgãos com jurisdição no(s) local(is) de residência do(a) candidato(a) nos últimos 10 (dez) anos.

Justiça Federal/local:

Justiça Federal/local:

Justiça Estadual/local:

Justiça Estadual/local:

1.7 certidões de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral, expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral ou pelos tribunais regionais eleitorais, com jurisdição no(s) local(is) de residência do(a) candidato(a) nos últimos 10 (dez) anos.

Justiça Eleitoral/local:

Justiça Eleitoral/local:

1.8 caso seja ou tenha sido policial militar estadual, certidões de antecedentes criminais da Justiça Militar estadual, expedidas por órgãos com jurisdição no(s) local(is) de residência do(a) candidato(a) nos últimos 10 (dez) anos.

Justiça Militar/local:

Justiça Militar/local:

1.9. prova de quitação das obrigações eleitorais e de pleno gozo dos direitos políticos, mediante certidão expedida pela Justiça Eleitoral e fotocópia do título eleitoral.

Número do título de eleitor:

Zona

Seção

UF:

1.10 prova de quitação das obrigações militares, se candidato do sexo masculino, mediante fotocópia do certificado de reservista ou de isenção do serviço militar, ou documento equivalente.

Espécie do documento:

Número:

Região Militar:

2. Informações complementares

2.1 municípios onde residiu nos últimos 10 (dez) anos:

Município: período:

Município: período:

2.2 atividade profissional atualmente exercida:

Município:

Atividade exercida:

Início:

Órgão ou empresa:

Endereço:

Telefones:

2.3 comarcas onde haja exercido Advocacia, cargo do Ministério Público, da magistratura, da polícia e/ou qualquer outra atividade pública (relacione em ordem cronológica decrescente)

Comarca:

Atividade exercida:

Período:

Órgão ou empresa:

Endereço:

Telefones:

Comarca:

Atividade exercida:

Período:

Órgão ou empresa:

Endereço:

Telefones:

Comarca:

Atividade exercida:

Período:

Órgão ou empresa:

Endereço:

Telefones:

2.4 outras atividades profissionais privadas exercidas (relacione em ordem cronológica decrescente):

Município:

Atividade exercida:

Período:

Órgão ou empresa:

Endereço:

Telefones:

Município:

Atividade exercida:

Período:

Órgão ou empresa:

Endereço:

Telefones:

2.5 com referência ao cônjuge ou companheiro(a), informe:

Nome:

Profissão:

Cargo/função:

Órgão ou empresa em que trabalha:

Endereço do local de trabalho:

Telefone do local de trabalho:

3. Curriculum vitae

3.1 informe os seguintes dados atualizados:

Endereço residencial:

Telefones:

E-mail:

3.2 filiação:

3.3 formação acadêmica:

1º grau:

2º grau:

3.4 bacharelado em Direito:

Universidade/faculdade:

Município:

Período:

Data de colação de grau:

3.5 outros cursos de nível superior:

Curso:

Universidade/faculdade:

Município:

Período:

Data de colação de grau:

3.6 pós-graduação:

Titulação:

Curso:

Entidade de ensino:

Município:

Período:

Data conclusão:

Titulação:

Curso:

Entidade de ensino:

Município:

Período:

Data conclusão:

4. Títulos apresentados para pontuação (descrever):

- a) aprovação em concurso de ingresso na carreira do Ministério Público ou da Magistratura:

- b) diploma ou certificado de conclusão de curso de doutorado ou livre docência na área do Direito:

- c) diploma ou certificado de mestrado na área do Direito:

- d) exercício, em caráter efetivo, de cargo ou função técnico-jurídica privativa de bacharel em Direito, em órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal:

- e) certificado de conclusão de curso de especialização na área do Direito, com, no mínimo, 1 (um) ano de duração e carga horária total mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula:

- f) certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso regular (com duração mínima de 1 (um) ano letivo e carga horária mínima de 720 horas-aula) promovido por escola preparatória do Ministério Público, reconhecido pela respectiva Administração Superior:

- g) certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso regular (com duração mínima de 1 (um) ano letivo e carga horária mínima de 720 horas-aula) promovido por escola preparatória da Magistratura, reconhecido pela respectiva Administração Superior:

- h) exercício, em caráter comissionado, de cargo ou função técnico-jurídica privativa de bacharel em Direito, em órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal:
- i) certificado de aproveitamento na função de estagiário de pós-graduação ou residente jurídico do Ministério Público:
- j) livro publicado, de autoria individual, com reconhecido valor científico para a ciência jurídica:
- k) artigo publicado em revista jurídica que possua Conselho Editorial, com no mínimo 15 páginas, de reconhecido valor científico para a ciência jurídica, vedada a publicação exclusiva em sítio da internet, salvo se a revista eletrônica possuir classificação no sistema Qualis-CAPES:
- l) exercício do magistério no ensino superior na área do Direito:
- m) certificado de aproveitamento na função de estagiário de graduação do Ministério Público:

A presente declaração é a expressão da verdade.

Florianópolis,

Assinatura do(a) candidato(a) ou procurador(a)